



**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
PLANO DE AÇÃO TRIENAL
GESTÃO 2018 a 2020**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ – UNIVÁS
POUSO ALEGRE
2018**

ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

Reitor

Prof. Carlos de Barros Laraia

Vice-Reitor

Prof. Benedito Afonso Pinto Junho

Pró-Reitor de Graduação

Prof^a. Rosa Maria do Nascimento

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof.^a Andréa Silva Domingues

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Antonio Homero Rocha de Toledo



Comissão Própria de Avaliação - CPA

Prof. Nelson Lambert de Andrade

Coordenador

Prof. Csaignon Mariano Caproni

Representante da Sociedade Civil Organizada

Professor Carlos Alberto Conti Pereira

Representante da Sociedade Civil Organizada

Prof. Jane Aparecida Oliveira Silva

Representante Docente da Unidade Fátima

Prof^a. Ana Lúcia Francisco Bertocin

Representante Docente da Unidade Central

Acadêmico Matheus Macedo de Souza

Representante Discente da Unidade Fátima

Acadêmico Gustavo Finamor Salles

Representante Discente da Unidade Central

Sra. Jane Mendes da Silva

Representante do corpo Técnicoadministrativo da Unidade Fátima

Sra. Solange Ribeiro Moraes

Representante do corpo Técnicoadministrativo da Unidade Central

Núcleo de Avaliação Institucional – NAI

Prof. Nelson Lambert de Andrade
Coordenador

Prof.^a Ana Lúcia Francisco Bertoincin
Representante da Unidade Central

Prof.^a Denise Aparecida Gomes dos Santos
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Jane Aparecida Oliveira Silva
Representante da Unidade Fátima

Prof. Júlio César Pereira
Representante da Unidade Fátima

Prof. Roberto Ribeiro Rocha
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Vânia dos Santos Mesquita
Representante da Unidade Fátima

Prof.^a Marilda de Castro Laraia
Representante da Unidade Fátima

Prof. Rogério Mendes Grande
Representante da Unidade Central

Prof.^a Tatiana Loiola
Representante da Unidade Central

**Faça o teu melhor, na condição que você tem,
enquanto você não tem condições melhores,
para fazer melhor ainda!**

Mário Sergio Cortella

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 APRESENTAÇÃO..... | 7 |
| 1.1 Fundamentação Legal | 8 |
| 1.2 Autoavaliação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) | 10 |
| 1.2.1 Concepção de Avaliação Institucional..... | 11 |
| 1.2.2 Concepção da Autoavaliação Institucional | 15 |
| 2 OBJETIVOS..... | 17 |
| 2.1 Objetivos específicos | 17 |
| 3 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS | 18 |
| 3.1 Ações da CPA/UNIVÁS em relação às Dimensões do SINAES | 18 |
| 3.1.1 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ensino:..... | 18 |
| 3.1.2 A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão | 19 |
| 3.1.3 A responsabilidade social da instituição..... | 19 |
| 3.1.4 A comunicação com a sociedade..... | 19 |
| 3.1.5 As políticas de pessoal e desenvolvimento profissional..... | 19 |
| 3.1.6 Organização e gestão da instituição..... | 20 |
| 3.1.7 Infraestrutura física: ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação | 20 |
| 3.1.8 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional | 20 |
| 3.1.9 Políticas de atendimento aos estudantes..... | 20 |
| 3.1.10 Sustentabilidade financeira..... | 21 |
| 3.2 Sensibilização da autoavaliação para a Comunidade Docente | 21 |
| 3.3 Sensibilização da autoavaliação para toda a Comunidade Acadêmica..... | 21 |
| 3.4 Capacitação dos participantes da CPA/NAI | 22 |
| 3.5 Elaboração do relatório final de autoavaliação institucional | 23 |
| 4 COLETA DE DADOS | 23 |
| 5 TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS..... | 24 |
| 6 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS: RELATÓRIOS..... | 25 |
| 7 ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ... | 27 |
| 8 META-AVALIAÇÃO..... | 27 |
| 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 29 |
| REFERÊNCIAS | 30 |

1 APRESENTAÇÃO

A autoavaliação já faz parte do cenário da Univás, principalmente, no ambiente pedagógico, pode-se considerar como um patrimônio imaterial da instituição educativa (DIAS SOBRINHO, 2008). Em nosso entendimento, a autoavaliação Institucional torna-se um importante instrumento de reflexão do campo da gestão da educação superior, refletindo também na (re)configuração do trabalho docente.

O plano de ação desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para 2018 a 2020 define os rumos dos trabalhos que serão realizados neste triênio. Portanto, a leitura desse documento é indicada a todos os membros da comunidade acadêmica.

A partir dessa leitura será possível compreender melhor o processo de autoavaliação institucional, permitindo que as partes interessadas possam acompanhar as atividades dessa comissão ao longo do ano, dando corpo a política instituída no final de 2014, em vigência até 2018.

A Comissão Própria de Avaliação tem atuação autônoma em relação aos Conselhos Superiores e demais Órgãos Colegiados da UNIVÁS. Foi criada no ano de 2005, sendo sua primeira reunião realizada no dia dois de março daquele ano.

Concebida de acordo com a Portaria MEC nº 2051, de 09 de julho de 2004 que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), principalmente no que estabelece a missão, a visão e aos valores em consonância com a tríade basilar universitária: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Acrescentou-se a essa estrutura um núcleo para executar o processo de autoavaliação institucional, mantendo a Comissão Própria de Avaliação, tornando contínuo tal processo: o Núcleo de Avaliação Institucional (NAI), subordinado à Comissão Própria de Avaliação, que tem como objetivo coordenar, conduzir e executar o processo de autoavaliação interna da Universidade e sistematizar informações para prestá-las à CPA - Univás.

O reconhecimento da importância da ética do processo de autoavaliação e a segurança do propósito da avaliação interna são de extrema relevância para que a

comunidade acadêmica tenha a confiança e o desejo de que a mesma faça parte de seu dia a dia.

1.1 Fundamentação Legal

Preocupado com o nível dos cursos superiores existentes no Brasil, o governo definiu em seu Plano Nacional de Educação, PNE, uma série de 20 Metas, cujas concepções e proposições foram originadas a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010) para a construção de plano nacional de educação como políticas de Estado, dessas metas destacamos a Meta 13 que objetiva: “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.”

A qualidade da educação superior está diretamente associada ao ensino, a pesquisa, a extensão, o desempenho dos estudantes, a gestão da instituição e a titulação do corpo docente.

Segundo o Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014, “entre as estratégias para o cumprimento dessa meta, pode-se indicar: aperfeiçoar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão (Estratégia 13.1); induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente (Estratégia 13.3); promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas (Estratégia 13.4); e elevar o padrão de qualidade das universidades, visando à realização de pesquisa institucionalizada de modo articulado a programas de pós-graduação stricto sensu (Estratégia 13.5).

Pra tal, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e que em seu Art. 1º estabelece como objetivo “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”, e ainda segundo o art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

As bases da avaliação proposta têm como características fundamentais a autoavaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração dos diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais, buscando:

- ultrapassar a simples preocupação com desempenhos ou rendimentos estudantis, buscando os significados mais amplos das formação profissional;
- explicitar a responsabilidade social da Educação Superior, especialmente quanto ao avanço da ciência, à formação da cidadania e ao aprofundamento dos valores democráticos;
- superar meras verificações e mensurações, destacando os significados das atividades institucionais não apenas do ponto de vista acadêmico, mas também quanto aos impactos sociais, econômicos, culturais e políticos;
- aprofundar a ideia da responsabilidade social no desenvolvimento da IES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social, e não como instrumento de checagem e cobrança individual; e
- valorizar a solidariedade e a cooperação, e não a competitividade e o sucesso individual.

A avaliação da Externa da Instituição, tendo em vista a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, envolvendo autoavaliação e avaliação externa, constitui um dos três processos que compõem o SINAES.

A avaliação externa *in loco* será realizada por Comissão Externa de Avaliação Institucional designada pelo INEP, e ocorrerá, quando devido, depois de concluído o processo de autoavaliação tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem e se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação numa perspectiva de globalidade.

De acordo com a com a Portaria 40/2010 Art. 33-D, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que integra o Sinaes, tem como objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação.

Em seu conjunto, os três processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

1.2 Autoavaliação da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)

A autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES.

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual a UNIVÁS constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sua CPA – Comissão Própria de Avaliação - sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

Nesse sentido recorremos a Chizzotti (2008), que afirma que uma das práticas bastante coerente com os objetivos de uma pesquisa encontra-se na pesquisa para a ação. A pesquisa para a ação objetiva reunir um grupo ativo de participantes, no caso a CPA, em benefício da organização de uma ou mais ações esposadas coletivamente, com o objetivo de solucionar um determinado problema ou ainda voltadas á melhoria contínua. Tal pesquisa utiliza formas usuais de investigação por meio de questionários ou entrevistas sem descartar as informações concretas da infraestrutura, dados históricos e estatísticos e etc.

O autor ainda recomenda a necessidade de se envolver os membros da comunidade para pesquisa. Há que se praticar o diálogo com a comunidade acadêmica selecionando “aqueles que tenham condições efetivas de participar no projeto, precavendo-se de não incluir somente aqueles que estão em melhores condições” (CHIZZOTTI, 2008, p. 95).

Na CPA esta prática é adotada a partir do envolvimento da comunidade universitária, inclusive, na formulação das questões que fazem parte da autoavaliação. A CPA tem sido procurada, em algumas pesquisas científicas, como objeto de estudo em teses e dissertações.

1.2.1 Concepção de Avaliação Institucional

Entende-se por avaliação institucional o processo permanente de reflexão sobre as ações desenvolvidas pelo corpo administrativo e pedagógico, visando a excelência do ensino, o aperfeiçoamento da formação profissional e a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade. A Avaliação Institucional deve levar em consideração o conjunto de aspectos indissociáveis à sua realização, isto é, ao ensino ministrado, à produção acadêmica, ao aspecto administrativo, à infraestrutura e à relação com a sociedade.

Com base nos princípios que regem a avaliação proposta pelo SINAES constituem-se como princípios norteadores da avaliação institucional da UNIVÁS:

- Responsabilidade social com a qualidade da educação;
- Globalidade que deve levar em consideração o conjunto de aspectos indissociáveis das múltiplas atividades;
- Respeito à identidade institucional que deve contemplar as características específicas da instituição;
- Processo avaliativo como instrumento de política educacional da Instituição;
- Manutenção da cultura avaliativa na instituição;

- Avaliação como mecanismo educativo que deve servir de subsídio para a correção de insuficiências encontradas e de instrumento de melhoria contínua;
- Subsidiar, permanentemente, a tomada de decisões na instituição, baseada nos resultados coletados; e
- Avaliação como fator de mudança cultural.

Segundo a Portaria MEC nº 1.382, de 31 de outubro de 2017, que aprova, em extratos, os indicadores dos Instrumentos de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65, de 9 de outubro de 2014, que norteou esse processo e sugeriu um padrão para a elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional e ainda agrupou em 5 (cinco) eixos as dimensões do Sinaes, a saber.

Quadro 1: Planejamento e avaliação institucional

| No | EIXO/INDICADOR |
|-----|--|
| 1 | Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional |
| 1.1 | Projeto de autoavaliação institucional |
| 1.2 | Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica |
| 1.3 | Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados |

Fonte: Portaria MEC 1.382/2017

Quadro 2: Desenvolvimento institucional.

| No | EIXO/INDICADOR |
|-----|--|
| 2 | Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional |
| 2.1 | Missão, objetivos, metas e valores institucionais |
| 2.2 | PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação |
| 2.3 | PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural |
| 2.4 | PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial |
| 2.5 | PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social |
| 2.6 | PDI e política institucional para a modalidade EaD |
| 2.7 | Estudo para implantação de polos EaD |

Fonte: Portaria MEC 1.382/2017

Quadro 3: Políticas acadêmicas.

| No | EIXO/INDICADOR |
|------|---|
| 3 | Eixo 3 - Políticas Acadêmicas |
| 3.1 | Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação |
| 3.2 | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural |
| 3.3 | Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão |
| 3.4 | Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente |
| 3.5 | Política institucional de acompanhamento dos egressos |
| 3.6 | Política institucional para internacionalização |
| 3.7 | Comunicação da IES com a comunidade externa |
| 3.8 | Comunicação da IES com a comunidade interna |
| 3.9 | Política de atendimento aos discentes |
| 3.10 | Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação) |

Fonte: Portaria MEC 1.382/2017

Quadro 4: Políticas de gestão.

| No | EIXO/INDICADOR |
|-----|---|
| 4 | Eixo 4 - Políticas de Gestão |
| 4.1 | Política de capacitação docente e formação continuada |
| 4.2 | Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo |
| 4.3 | Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância |
| 4.4 | Processos de gestão institucional |
| 4.5 | Sistema de controle de produção e distribuição de material didático |
| 4.6 | Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional |
| 4.7 | Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna |

Fonte: Portaria MEC 1.382/2017

Quadro 5: Infraestrutura física.

| No | EIXO/INDICADOR |
|------|---|
| 5 | Eixo 5 - Infraestrutura |
| 5.1 | Instalações administrativas |
| 5.2 | Salas de aula |
| 5.3 | Auditório(s) |
| 5.4 | Salas de professores |
| 5.5 | Espaços para atendimento aos discentes |
| 5.6 | Espaços de convivência e de alimentação |
| 5.7 | Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física |
| 5.8 | Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA |
| 5.9 | Bibliotecas: infraestrutura |
| 5.10 | Bibliotecas: plano de atualização do acervo |
| 5.11 | Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente |
| 5.12 | Instalações sanitárias |
| 5.13 | Estrutura dos polos EaD |
| 5.14 | Infraestrutura tecnológica |
| 5.15 | Infraestrutura de execução e suporte |
| 5.16 | Plano de expansão e atualização de equipamentos |
| 5.17 | Recursos de tecnologias de informação e comunicação |
| 5.18 | Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA |

Fonte: Portaria MEC 1.382/2017

Neste ciclo avaliativo que se inicia serão objeto de avaliação em:

- ✓ 2018 - o **eixo nº1** que trata do planejamento da autoavaliação conforme dimensão 8, e o **eixo nº3** que trata das políticas acadêmicas e atende as dimensões 2 (a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;), 4 (a comunicação com a sociedade;) e 9 (políticas de atendimento aos estudantes;), de acordo com a portaria acima citada.
- ✓ 2019 - o **eixo nº 2**, referente ao desenvolvimento institucional avaliando as Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição o **eixo nº 3** que trata das políticas acadêmicas e atende as dimensões 2 (a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;), e o eixo nº 4 políticas de gestão: Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira Dimensão 5: Políticas de Pessoal Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira de acordo com a Portaria nº 1382/2017.
- ✓ 2020 – o **eixo 3** que trata das políticas acadêmicas e atende as dimensões 2 (a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;) e o **eixo nº 5** que trata da infraestrutura física.

Assim, cada um dos cinco eixos é avaliado ao longo do período de três anos, sendo parcial em 2018 e 2019 e integral em 2020. Além do que o eixo nº3 é avaliado nos três anos, por deliberação desta CPA, considerando não somente quadro dos pesos dos eixos para os atos de credenciamento nas modalidades presencial e a distância, mas, a quantidade de atores envolvidos com este eixo e, principalmente, por aferir a tríade da Universidade: ensino, pesquisa e extensão, fundamentais para o cumprimento da Missão da Univás:

[...] contribuir para a formação de indivíduos éticos, socialmente responsáveis e competentes, que possam ser elementos de transformação social na construção de um mundo sempre mais justo, livre e democrático.

A CPA da Univás entende como Falconi Campos (2004), que o fundamento essencial de uma boa gestão está em se estabelecer um plano de ação corretiva para toda meta que se queira atingir. Ação corretiva que este Plano se refere é a ação tomada para eliminar as causas de uma não conformidade apontada por meio das questões abertas da autoavaliação, de maneira a evitar a repetição das mesmas, destina-se a determinar exatamente algum tipo de problema, tornando a sua solução a mais eficaz possível, possibilitando, desta forma, mais economia para a instituição e menor desperdício de energia em situações corriqueiras do dia a dia. Portanto, as ações decorrentes dos processos de avaliação, no âmbito do curso, consideram o relatório de autoavaliação institucional, elaborado pela CPA, à análise das manifestações da comunidade acadêmica em questões abertas, que dão origem ao plano de ação 5W2H.

1.2.2 Concepção da Autoavaliação Institucional

Considera-se a avaliação como uma atividade estruturada que permite a verificação da qualidade institucional, sendo esta entendida como responsabilidade com a função social da Instituição com relação à comunidade que atende e com relação ao ensino superior de modo mais amplo. A autoavaliação constitui suporte de redimensionamento das ações da própria Instituição, o que inclui, democraticamente, em conjunto, todos os sujeitos envolvidos no processo.

Sobre as formas e procedimentos para a autoavaliação do projeto do curso, quando avalia-se o projeto pelas disciplinas ministradas semestralmente, utiliza-se um instrumento composto de quesitos de múltipla escolha, com cinco alternativas, uma das quais é assinalada para cada uma das disciplinas cursadas no período.

O instrumento é elaborado pela CPA e, sempre que alterado, é posto em discussão junto aos representantes de unidade, ao corpo docente e discente em forma de meta-avaliação, e aos componentes do NAI e posteriormente aprovado pela CPA. Tais quesitos, após aprovados, são disponibilizados à comunidade acadêmica em período

nunca inferior a quinze dias e são respondidos *on-line*, onde cada respondente acessa e responde nos laboratórios de informática da instituição ou em suas próprias residências.

Assim, dentre as ações acima descritas e dos acompanhamentos sistemáticos administrativos inerentes à coordenação do curso, os resultados da avaliação do curso deverão ser objetos de análise e discussão no âmbito do colegiado de curso, individual e coletivamente, baseados nos relatórios específicos por curso, cada qual com comentários individualizados a fim de contribuir para o processo decisório e condução de ações para a melhoria contínua da oferta de ensino e pelo curso, em particular.

Diante disso, concebendo a autoavaliação como atividade complexa, um processo sistemático que envolve diferentes momentos e diferentes agentes, os resultados somente se concretizarão se as atividades avaliativas forem assumidas por todos os integrantes de forma rigorosa, isenta e autônoma.

A Autoavaliação Institucional deve abarcar todo o conjunto de atividades da área educacional, mais especificamente do ensino, não se resumindo aos indicadores de quantidade e aos aspectos administrativos.

Em algum momento particular da vida da Instituição, a avaliação poderá priorizar determinados indicadores, quer administrativo, quer pedagógicos, que atendam a seus objetivos e às suas metas. O fato de priorizar determinados aspectos não invalida a idéia de globalidade como característica da autoavaliação institucional.

A Autoavaliação Institucional na Univás atende ao princípio da globalidade, e procura envolver os diversos segmentos da comunidade acadêmica, visando a promoção de ações que contribuam para a elevação do nível de qualidade dos serviços educativos e administrativos que desenvolve.

Esse envolvimento e a participação dos docentes, alunos e funcionários são fundamentais para dar credibilidade e legitimidade à autoavaliação institucional.

Quanto à avaliação externa são disponibilizados questionários *online* na página da Univás para saber-se a opinião da comunidade dos municípios que são servidos pela Univás em um raio de, aproximadamente, 70 km a partir da sede da IES.

Assim, podemos reafirmar que a autoavaliação procura atender o princípio da globalidade, com o envolvimento sempre crescente dos seus diversos segmentos, inclusive a comunidade externa.

2 OBJETIVOS

O plano de ações para o processo da autoavaliação institucional tem como objetivo priorizar alguns indicadores administrativos e pedagógicos, em consonância com os princípios fundadores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e as suas metas. Nesse foco, a autoavaliação institucional deve abarcar todo o conjunto de atividades da área educacional, especificamente do ensino, não se resumindo aos indicadores de quantidade e aos aspectos administrativos, mas sim na concepção de globalidade como característica da Avaliação Institucional.

2.1 Objetivos específicos

- Melhorar a qualidade da educação superior.
- Oferecer alternativas para tomada de decisões estratégicas.
- Aumentar permanentemente sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.
- Aprofundar compromissos e responsabilidades sociais da instituição, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.
- Consolidar o programa para disseminar a importância da Comissão Própria de Avaliação (CPA) junto ao corpo docente e discente, estimulando a participação de todos, em conjunto com a Agência Experimental Carijó, do curso de Publicidade e Propaganda.
- Divulgação permanente dos resultados da CPA e elaboração conjunta de plano de ação (5W2H), envolvendo a Direção acadêmica, Coordenadores de Cursos e Núcleo Docente Estruturante.

3 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

A autoavaliação institucional da Univás abrangerá um diagnóstico e uma análise dos cursos de graduação e pós-graduação, considerando-se as seguintes dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura.

Implantada de forma sistemática, permanente e atualizada, a autoavaliação conjuga a atuação das diversas unidades de ensino que compõem a instituição com as demandas da sociedade, que lhes dão significado.

As ações a serem desenvolvidas pela CPA, com base nas dez Dimensões do SINAES, sintetizados nos 5 (cinco) eixos, que contemplarão: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Relatório Anual de Gestão; Projeto Pedagógico do Curso (PPC); Sustentabilidade financeira e o desenvolvimento de uma linguagem comum entre professores, coordenadores e setores; acessoriamente e conjunto com outros setores da universidade, como forma de assessoramento à partir dos resultados: revisão dos currículos e programas; oferecimento de programas para o aperfeiçoamento docente e técnicoadministrativo; melhor utilização dos recursos e serviços de apoio educacional; mudança na alocação de recursos; melhoria na seleção, formação e atualização de recursos humanos; projetos envolvendo a comunidade; e, políticas de responsabilidade social da instituição.

3.1 Ações da CPA/UNIVÁS em relação às Dimensões do SINAES

Conhecer o nível de satisfação da comunidade acadêmica, visando subsidiar as decisões institucionais, redimensionar suas ações como forma de viabilizar, cada vez mais, o desenvolvimento e a qualidade dos serviços educacionais prestados, em todas as áreas de atuação da Universidade.

3.1.1 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ensino:

Em relação ao ensino, avaliar o projeto pedagógico e sua operacionalização por meios de seus componentes curriculares, ministradas anualmente e semestralmente, utilizando-se um instrumento composto de quesitos de múltipla escolha, para cada uma das disciplinas cursadas no período.

3.1.2 A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão

Quanto à pesquisa, situar as pesquisas desenvolvidas em relação à sua inserção e relevância local, regional, nacional e internacional e em relação a diferentes segmentos da sociedade, com base em relatórios de gestão elaborados pela PROPPES e PROEX.

Devem ser considerados os aspectos da gestão acadêmica, gestão administrativa e as relações institucionais na pós-graduação com a atualidade do mundo do trabalho e da formação cidadã, nos seus aspectos profissionais, éticos, sociais, culturais, ecológicos, econômicos e humanísticos.

3.1.3 A responsabilidade social da instituição

Situar as ações de extensão desenvolvidas em relação à sua inserção e relevância local, regional e em relação a diferentes segmentos da sociedade, à defesa do meio ambiente, da memória cultural da região, da produção artística e do patrimônio cultural, com base em relatórios de gestão elaborados pela Pró-Reitoria de Extensão.

3.1.4 A comunicação com a sociedade

Analisar a gestão acadêmica da Univás em termos da organização dos: canais de comunicação, sistemas de informações e ouvidoria, para o público interno. Canais de comunicação e imagem pública da instituição, para o público externo, por meio de questionários disponibilizados no site da Univás.

3.1.5 As políticas de pessoal e desenvolvimento profissional

Realizar diagnóstico da gestão de pessoal, as políticas de pessoal, de carreiras da força de trabalho da instituição, seu aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, mantendo o foco nos aspectos estratégicos e operacionais, como arcabouço ao desenvolvimento das atividades da Univás, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação.

3.1.6 Organização e gestão da instituição

Analisar o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação.

3.1.7 Infraestrutura física: ensino, pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Analisar dados da estrutura física e de recursos tecnológicos e serviços em geral, verificando a compatibilidade com as necessidades da Univás e salientando as prioridades apresentadas pela comunidade acadêmica nas sugestões, por ocasião das coletas de dados, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação.

3.1.8 Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional

Analisar os dados sobre o pessoal técnicoadministrativo, capacitado para desenvolver as atividades de apoio técnico e administrativo de acordo com o Projeto Acadêmico da Unidade/Universidade e da Gerência de Recursos Humanos, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação.

3.1.9 Políticas de atendimento aos estudantes

Avaliar as condições para o atendimento ao corpo discente e as perspectivas de expansão, mantidos os pressupostos de qualidade. Conhecer a opinião e as sugestões dos alunos sobre o seu Curso, a Unidade, a Universidade e quanto às condições de acessibilidade e institucionais para os discentes, por meio de questões específicas coletadas por ocasião da autoavaliação.

3.1.10 Sustentabilidade financeira

Analisar as relações institucionais e reconhecer a vocação social da Unidade através dos tipos de relações estabelecidas com os diferentes segmentos da sociedade pelos convênios, consultorias e similares, a partir das demonstrações financeiras da Mantenedora e do Relatório da Auditoria Externa bem como o seu parecer.

3.2 Sensibilização da autoavaliação para a Comunidade Docente

Os coordenadores de curso são os responsáveis diretos pela conscientização, como agentes multiplicadores da CPA/NAI junto à sua equipe de docentes e discentes. O processo de sensibilização, ora proposto, deverá ser realizado constantemente, utilizando as reuniões da CPA/NAI, CONSUNI, CONSEPE, Fóruns de Coordenadores de curso e dos Colegiados das Unidades, Campanhas Publicitárias desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), abordando os seguintes aspectos:

- Aderência da UNIVÁS ao SINAES como estratégia de evolução qualitativa;
- Reflexão sobre os fundamentos legais do SINAES;
- A interdisciplinaridade, o simulado e o ENADE;
- Os 05 (eixos) da avaliação institucional;
- O modelo e a leitura do relatório final da autoavaliação institucional;
- O coordenador como agente multiplicador do SINAES; e
- Relatórios da Autoavaliação (divulgação *on line*, bibliotecas etc).

3.3 Sensibilização da autoavaliação para toda a Comunidade Acadêmica

O conhecimento da importância e da ética do processo e a segurança do propósito da avaliação são de extrema relevância para toda a Comunidade Acadêmica tenha a confiança e o desejo de que a mesma faça parte de seu dia a dia.

Considerando também a dinâmica de novas matrículas, os participantes da CPA/NAI devem desenvolver a sensibilização da Comunidade Acadêmica, visando

uma integração ao sistema das autoavaliações institucionais e às avaliações do SINAES e, também, com enfoque sobre a avaliação do ENADE.

O programa de sensibilização, de modo geral, prevê ainda as seguintes ações:

- Reuniões setoriais e com os alunos, encontros;
- Confecção de boletins e *folders* sobre autoavaliação Institucional na Univás (impressos, mídias eletrônicas oral (rádio universitária, TV Univás);
- Visitar as salas de aula, a fim de prestar esclarecimentos acerca da legislação e a amplitude avaliativa do SINAES;
- Ressaltar a importância da autoavaliação institucional para o programa de acompanhamento da evolução aprendizagem dos alunos, política de assistência dos mesmos e orientações pertinentes;
- Ressaltar a interdisciplinaridade como instrumento preparatório para o ENADE;
- Conscientizar a importância do ENADE na profissionalização e o mercado de trabalho;
- Divulgar os resultados das autoavaliações da CPA/NAI e da instituição educacional em seus padrões qualitativos alcançados e almejados;
- Estimular a participação por meio da reflexão dos diversos segmentos acadêmicos, a sensibilização possibilita o encorajamento de discussões sobre os problemas e a apresentação de soluções criativas para os mesmos; e
- Divulgar individualmente as notas para cada um dos docentes, à semelhança de um boletim, cujas notas são divulgadas individualmente, indicando seu desempenho e posição perante seus pares:

3.4 Capacitação dos participantes da CPA/NAI

Além de uma leitura atenta das dimensões do SINAES e do Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIVÁS vigente é necessário que todos os

participantes da CPA/NAI tenham conhecimento detalhado do plano estratégico, considerando que as avaliações são norteadas por esse instrumento organizacional.

Também a coleta de dados, leitura e interpretação de gráficos é objeto de pauta das reuniões semanais (formação em serviço para os integrantes da CPA/NAI).

O processo de capacitação de focar os seguintes aspectos: os cursos de graduação em funcionamento; novos cursos de graduação; expansão de instalações; desenvolvimento institucional; desenvolvimento de professores; estudo de legislação; responsabilidade da CPA/NAI;

As ações de capacitação serão norteadas pelos seguintes instrumentos: PPI e PDI; interação da Legislação sobre o SINAES; projetos pedagógicos de cursos e autoavaliações; relatório final de autoavaliação institucional; leitura e interpretação de gráficos e relatórios; e conscientização da relação univás, cpa e comunidade.

3.5 Elaboração do relatório final de autoavaliação institucional

Tendo em vista a autoavaliação como um processo contínuo, o relatório parcial ou integral da avaliação durante o ciclo avaliativo recebe atualizações contínuas, dadas as sistematizações de informações e superação de problemas.

Cronologicamente previsto para reuniões de trabalho nos meses de março, junho, setembro e novembro de 2018 a 2020, deverá ser elaborado ao final de cada autoavaliação e antes e depois das visitas das comissões externas da avaliação. No que se refere ao NAI as reuniões ocorrem periodicamente, no mínimo, quinzenalmente.

4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados será feita por meio de instrumentos diversificados, tais como: questionários, formulários, relatórios de diversos bancos de dados da Instituição permanentemente revistos e reconstruídos para atender às necessidades de cada contexto.

Os questionários, aplicados a todos os segmentos da comunidade, impressos ou via Internet, terão o mesmo tratamento, com o intuito de coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição.

Diferentes tipos de questionários serão construídos de acordo com o objetivo da coleta de dados, tendo-se sempre a preocupação de testá-los previamente para verificar a relevância das questões elaboradas, bem como para corrigir distorções apontadas que podem vir a comprometer a análise final.

Para atender ao crescimento e às novas necessidades institucionais, pretende-se construir bancos de dados que forneçam informações sobre a realidade da Instituição como um todo.

A autoavaliação é realizada semestralmente pelo órgão operacional da CPA, denominado de Núcleo de Avaliação Institucional (NAI) e que tem como objetivo coordenar, conduzir e executar o processo de avaliação interna da universidade e sistematizar as informações para prestá-las à CPA-Univás. Utiliza um instrumento composto de quesitos de múltipla escolha, com cinco alternativas, escala *Likert* que permite descobrir níveis de opinião. Isso pode ser especialmente útil para temas ou assuntos delicados ou desafiadores, uma das quais é assinalada para cada uma das disciplinas cursadas no período.

Ao longo do período letivo, os docentes serão ouvidos em reuniões, e os representantes discentes em reuniões com os coordenadores de curso. As sugestões ou reivindicações da comunidade acadêmica poderão ainda ser apresentadas por meio de endereço eletrônico ou diretamente com a Comissão Própria de Avaliação.

Todos os espaços da Univás são aproveitados para observações. As conversas de corredor, de pátio, de intervalo de aula do professor, de recreio dos alunos, de entrada e saída dos turnos dos funcionários constituem momentos descomprometidos com a rigidez formal e, por isso, férteis para observação e pequenas entrevistas.

5 TRATAMENTO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A primeira etapa após a coleta de dados é o momento em que se tenta estabelecer semelhanças, tendências e padrões relevantes dos indicadores adotados.

Dois serão os tratamentos aplicados aos dados coletados na instituição, o quantitativo e o qualitativo. O resgate dos dados quantitativos será feito por meio do sistema estatístico informatizado, construído para uso da CPA/NAI, à disposição da comunidade acadêmica.

Os relatórios dos dados qualitativos serão confrontados com os dados estatísticos, buscando complementar e enriquecer o conhecimento das variáveis e aspectos focalizados. A análise e interpretação de todo o conjunto de informações coletadas e sistematizadas servirão não só para a elaboração do relatório descritivo da realidade da Univas, mas principalmente, para a identificação das causas, tanto do funcionamento adequado quanto dos problemas detectados.

Finalmente, será produzido o relatório, bem como documentos voltados aos vários setores avaliados, que constituem elementos importantes para a tomada de decisões estratégicas visando o planejamento e ações corretivas dos setores acadêmicos e administrativos.

6 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS: RELATÓRIOS

Recorremos a Chizzotti (2008, p 97), no que se refere ao processo democrático da coleta e disseminação dos resultados.

À disseminação do conhecimento é parte relevante da pesquisa participativa, tanto durante seu processo de investigação quanto do resultado final, durante o processo. Urge organizar uma forma de difusão das informações e das ações propostas, para que a maior parte da comunidade partilhe dessas informações e ingresse no processo, engajando-se nas ações ou apoiando ativamente as iniciativas. Sem esse cuidado a pesquisa arruína seu objetivos e pode inviabilizar os resultados esperados, mas, sobretudo a uma grei restrita de interessados. A publicação de um texto final é desejável para que os participantes reconheçam as possibilidades e a viabilidade de reunirem, consistentemente, as informações que instruem suas ações e se tornem autores de sua próprias vidas, mas a difusão entre os participantes é indispensável para que se vejam construtores ativos de sua história.

Nesse sentido, o relatório será feito por meio da divulgação dos dados obtidos, visando a melhoria do programa institucional, fomentando as mudanças de atitudes das pessoas que fazem parte do processo, a fim de que melhore seu desempenho profissional, quando necessário.

A forma de comunicação utilizada para dar retorno às informações é um fator que pode interferir no processo avaliativo, uma vez que a comunicação mal feita pode transformar-se, de imediato, em resistência à autoavaliação institucional. Uma vez

informado de suas necessidades, potencialidades e ineficiências, o ser humano é capaz de refletir e vir a aceitar sua mudança para, então, poder evoluir.

Caso os dados gerados pela avaliação não retornem ao processo, isso afetará a disseminação das mesmas e, conseqüentemente, o envolvimento dos participantes. Dessa forma, ela é a chave para manter a participação e a aderência da comunidade acadêmica ao processo.

A comunicação adequada dos dados da autoavaliação possibilita a tomada de decisões e, até mesmo, a elaboração deste e de outros planos de ação para um aperfeiçoamento contínuo.

Ressaltamos que a informação, eficientemente transmitida, deve levantar algumas questões. O desafio da comunicação é, portanto, o de transformar os dados em ações que gerem mudanças. Que no entendimento de McLuhan (1974).

Numa cultura como a nossa, há muito acostumada a dividir e estilhaçar todas as coisas como meio de controlá-las, não deixa, às vezes de ser tanto chocante lembrar que, para efeitos práticos e operacionais, que o meio é a mensagem. Isto apenas significa que as conseqüências sociais e pessoais de qualquer meio – ou seja, de qualquer uma das extensões de nós mesmos – constituem o resultado do novo estalão introduzido em nossas vidas por uma nova tecnologia ou extensão de nós mesmos.

Dessa forma, o padrão ou estalão dos processos da comunicação devem ser usados extensa e equilibradamente. Estudos mostram que, se utilizados dessa maneira, tem-se como conseqüência: o julgamento digno de confiança da intenção do comunicador (CPA); a extinção dos bloqueios iniciais; a espontaneidade recíproca; o crescimento da produtividade e da satisfação pessoal e grupal; a otimização do estado de eficácia organizacional.

Os resultados obtidos por meio da Autoavaliação Institucional são transformados em relatórios descritivos, os quais são encaminhados aos envolvidos no processo de avaliação, bem como àqueles que têm o poder da tomada de decisões.

A análise e a discussão dos resultados será feita, inclusive a média das avaliações transformada em nota ao docente, apenas pelas pessoas diretamente responsáveis pelas atividades avaliadas, tendo a Comissão Própria de Avaliação a preocupação de manter as informações restritas às pessoas envolvidas no processo para não ferir a ética.

Informações que os resultados que interessam à comunidade discente serão amplamente divulgados através do sítio da IES, com acesso irrestrito. Reiteramos que os relatórios destinam-se, notadamente as sugestões coletadas nas avaliações, e deverão subsidiar projetos de ação que venham colaborar com a solução dos problemas detectados.

7 ESTRATÉGIAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Diante da comunicação ao coordenador do curso referente aos resultados da autoavaliação, deve ser desenvolvida pelo mesmo uma série de ações junto ao corpo docente, individuais e em grupo, tendo como base norteadora os relatórios da CPA/NAI.

Esses procedimentos permitem identificar os pontos fracos e os pontos positivos junto ao corpo docente, com aplicação da estratégia do *empowerment*, que, segundo Paladini (2004), se insere na gestão da qualidade, pois, a sua adoção envolve fatores próprios da gestão da qualidade. Sendo o *empowerment* um processo progressivo de envolvimento via responsabilidade e autoridade, como toda estratégia que se deseja no processo evolutivo, dentre as ações acima descritas dos acompanhamentos sistemáticos administrativos inerentes a autoavaliação do curso, os resultados da avaliação devem ser objetos de análise e discussão em cada curso pelo seu colegiado.

A avaliação é realizada com a finalidade de alimentar a tomada de decisões tendo uma vocação básica transformadora, na medida em que se propõe como tarefa principal, aprimorar o modo como a comunidade acadêmica resolve participativamente os seus problemas. Assim sendo, as transformações provenientes dos resultados da avaliação visam a um aperfeiçoamento do desempenho dos recursos humanos, e a uma melhoria na programação dos cursos oferecidos pela instituição.

8 META-AVALIAÇÃO

Segundo Stufflebeam (2000), os passos metodológicos incluem a interação inicial com os envolvidos e interessados na missão, a escolha de uma equipe qualificada para a condução do processo, a definição das questões de meta-avaliação, o acordo

quanto aos uma boa avaliação requer que o próprio processo de avaliação seja avaliado. O que se propõe é que a avaliação seja revista em relação a padrões de adequação técnica, de utilidade, de propriedade, envolvendo padrões éticos e legais e de validade técnica. O processo de julgamento dos processos avaliativos, para alguns especialistas, é denominado meta-avaliação.

São duas as funções da meta-avaliação: a formativa e a somativa. A primeira é realizada ao longo do processo de avaliação, fornecendo retroalimentação contínua de modo a assegurar a qualidade da avaliação. A segunda analisa o projeto de avaliação após sua conclusão, determinando a credibilidade dos relatórios e das sugestões apresentadas.

Na Univás, a meta-avaliação formativa se desenvolverá no processo com:

- identificação de outros aspectos voltados para o entendimento e a adequação das questões ao nível do aluno e professor que a análise semântica não apontou anteriormente;
- modificações no cronograma de aplicação dos questionários, de acordo com a disponibilidade de horário do professor; e
- avaliação dos resultados da sensibilização, ao se observar, por parte dos alunos e dos docentes, a receptividade à equipe de aplicadores.

A meta-avaliação somativa será realizada pela Comissão Própria de Avaliação, de acordo com os comentários e as críticas dos envolvidos no processo avaliativo. Como medidas adotadas, podemos citar: a revisão frequente dos instrumentos com adaptações, inclusões ou exclusões de questões; a revisão dos indicadores adotados pela Instituição; a adequação do sistema de tratamento dos dados coletados para maior confiabilidade e significância dos resultados; a adoção de novas formas de sensibilização para abranger um universo maior de aceitação do processo avaliativo; a modificação na forma de comunicar os resultados da avaliação para melhor compreensão dos mesmos; a priorização de indicadores; aspectos a serem avaliados em determinado momento, de acordo com os objetivos e as metas traçadas pela Instituição.

Concluindo, a meta-avaliação atuará como elemento de autorreflexão sobre as diferentes etapas que compõem o processo de avaliação institucional, monitorando o desenvolvimento, a evolução e os efeitos do programa na vida da comunidade acadêmica.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido pela CPA envolve em sua amplitude: a preocupação constata em sensibilizar a força de trabalho e alunos da Instituição para o cumprimento da avaliação; o *feedback*, que oferece a cada membro da instituição o conhecimento de seu desempenho, ajudando-o a criar mudanças e estimulando-o ao aperfeiçoamento profissional e a formação ao longo da vida.

Vale ressaltar que a tomada de decisões, resultante da troca contínua de informações entre avaliadores e gestores para correção das medidas adotadas com vista à melhoria da formação profissional e a consequente melhoria da qualidade do ensino, o qual constitui uma atividade política e técnica, e assim sendo, a autoavaliação requer ética, comprometimento, competências, habilidades e atitudes de todos integrantes da CPA e da força de trabalho da universidade em geral.

Nessas condições, a adesão da comunidade acadêmica ao processo de avaliação, como processo de construção coletiva, é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da instituição como um todo. Entretanto, a adesão só pode acontecer se houver uma conscientização do papel da avaliação como processo de melhorias contínuas, que não comporta ameaças ou punições, mas que visa a promover a reflexão sobre as limitações, possibilidades e diferentes ações desenvolvidas com vistas ao aperfeiçoamento do processo educacional, como um todo.

Finalmente, o processo de autoavaliação institucional subsidia a tomada de decisões e fundamenta a melhoria da organização curricular dos cursos, o funcionamento dos processos acadêmicos, a estrutura física e material, o quadro de pessoal, o sistema normativo e o processo de mudança organizacional na busca da excelência dos serviços educacionais que se produz em todas as áreas da Univás.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei Nº. 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, 05 abr. 2004.

_____. Ministério da Educação: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Diretrizes para a autoavaliação das instituições**. Brasília, 26 ago. 2004.

_____, Ministério da Educação: Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Orientações gerais para o roteiro das autoavaliações das instituições**. Brasília, 2004.

_____. **Avaliação externa das instituições de educação superior: diretrizes e instrumento**. Brasília: MEC/CONAES/INEP. 2006.

_____. Portaria **MEC nº 1.382**, de 31 de outubro de 2017. Aprova em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação. Brasília: MEC/2017. (Diário. Oficial da União nº 210, de 1º de novembro de 2017, Seção 1, páginas 14 e 15,)

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008.

FALCONI CAMPOS. V. **Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. 8. ed. Nova Lima: INDG, 2004.

MACLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 4 ed. São Paulo, Cultrix, 1974.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade: teoria e prática**, 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

STUFFLEBEAM, Daniel L. **Metaevaluation: concepts, standards and uses**. In: BERK, Ronald A. (Eds.). Educational evaluation methodology: the state of the art. Londres: The John Hopkins University Press, 1981.

Aprovado em reunião da CPA, no dia 08 de fevereiro de 2018.